



*Instituto de Previdência  
do Município de Jundiaí*

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2015**



**Maio/2016**

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	<b>Pág.</b>
<b>I.</b> Introdução	03
<b>II.</b> Parecer dos Auditores Independentes	04 a 05
<b>III.</b> Balanço Patrimonial	06 a 07
<b>IV.</b> Balanço Orçamentário Receitas	08
<b>V.</b> Balanço Orçamentário Despesas	09
<b>VI.</b> Balanço Financeiro (Receitas)	10
<b>VII.</b> Balanço Financeiro (Despesas)	11
<b>VIII.</b> Demonstração das Variações Patrimoniais	12
<b>IX.</b> Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
<b>X.</b> Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	14 a 21
<b>XI.</b> Relatório Circunstanciado da Auditoria	22 a 33

Campinas, 24 de maio de 2016.

À  
Diretoria do  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -  
IPREJUN**

Estivemos nas dependências do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2015.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;  
Balanço Patrimonial;  
Balanço Financeiro;  
Balanço Orçamentário;  
Demonstrações das Variações Patrimoniais;  
Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e  
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP**



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores e Conselheiros do

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -  
IPREJUN**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, que compreendem o balanço patrimonial, o balanço financeiro e o balanço orçamentário, em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração do instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16). Quanto ao processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade, o setor público se encontra em processo de constante atualização e adaptação aos padrões internacionais.

Campinas, 24 de maio de 2016.



**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
Sócio Responsável  
CTCRC1SP242826/O-3



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -  
IPREJUN**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014  
(Em Reais)

**ATIVO**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.041.103.355</b>	<b>905.213.252</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	670	2.563.103
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.681.526	3.253.452
Tributos a Recuperar/Compensar	-	3.252.769
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.865.865	-
Outros Créditos a Receber e Valores - CP	8.815.661	683
Títulos e Valores Mobiliários	1.095.843.606	980.495.845
(-) Ajustes para Perda	(69.455.934)	(81.140.409)
Estoques a Curto Prazo	33.486	41.261
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>75.712.866</b>	<b>75.919.595</b>
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.595.499	75.891.975
Imobilizado	117.367	27.621
Bens Móveis	29.200	27.621
Bens Imóveis	88.167	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.116.816.220</b>	<b>981.132.847</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -  
IPREJUN**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014  
(Em Reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.341.348</b>	<b>1.330.937</b>
Restos a Pagar Processados/ Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar	272.089	433.028
Pessoal a Pagar	112.855	79.440
Fornecedores/Contas a Pagar	44.217	25.307
Demais Obrigações de Curto Prazo	-	-
Precatórios	115.017	328.280
Pessoal	-	-
Benefícios Previdenciários	115.017	328.280
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	2.261.460	891.096
Demais Obrigações de Curto Prazo	1.807.799	6.814
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.207.415.666</b>	<b>954.844.420</b>
Provisões a Longo Prazo	1.207.415.666	954.844.420
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(94.940.793)</b>	<b>24.957.490</b>
. Resultados Acumulados	(94.940.793)	24.957.490
- Resultado do Exercício	(119.898.283)	(108.875.485)
- Resultado de Exercícios Anteriores	24.957.490	133.836.587
- Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(3.612)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.116.816.220</b>	<b>981.132.847</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 Em 31 de dezembro DE 2015  
 (Em Reais)

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>189.767.000</b>	<b>189.767.000</b>	<b>131.453.711</b>	<b>(58.313.289)</b>
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>145.147.000</b>	<b>145.147.000</b>	<b>112.204.967</b>	<b>(32.942.033)</b>
Contribuições Sociais	145.147.000	145.147.000	112.204.967	(32.942.033)
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>14.515.000</b>	<b>14.515.000</b>	<b>6.033.939</b>	<b>(8.481.061)</b>
Receitas de Valores Mobiliários	14.515.000	14.515.000	6.033.939	(8.481.061)
<b>Receita Industrial</b>	<b>8.899.000</b>	<b>8.899.000</b>	-	<b>(8.899.000)</b>
Receita de Serviços	8.899.000	8.899.000	-	(8.899.000)
Indenizações e Restituições	14.288.000	14.288.000	6.105.619	(8.182.381)
Receitas Correntes Diversas	6.918.000	6.918.000	7.109.186	191.186
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.204.000</b>	<b>3.204.000</b>	<b>3.274.741</b>	<b>70.741</b>
<b>Amortização de Empréstimos</b>	<b>3.204.000</b>	<b>3.204.000</b>	<b>3.274.741</b>	<b>70.741</b>
Subtotal das Receitas (I)	192.971.000	192.971.000	134.728.451	(58.242.549)
<b>REFINANCIAMENTO (II)</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)</b>	<b>192.971.000</b>	<b>192.971.000</b>	<b>134.728.451</b>	<b>(58.242.549)</b>
<b>DÉFICIT (IV)</b>	<b>2.561.000</b>	<b>2.561.000</b>	-	-
<b>TOTAL (V) = (III + IV)</b>	<b>195.532.000</b>	<b>195.532.000</b>	<b>134.728.451</b>	-

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Em 31 de dezembro de 2015  
(Em Reais)

**DESPESAS**

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (i)	DOTAÇÃO (h) = (e - f)	SALDO DA
<b>DESPESAS CORRENTE</b>	<b>130.280.000</b>	<b>130.280.000</b>	<b>122.047.021</b>	<b>122.008.530</b>	<b>121.964.313</b>		<b>8.232.979</b>
Pessoal e Encargos Sociais	125.626.000	125.626.000	120.906.531	120.875.955	120.853.993		4.719.469
Outras Despesas Correntes	4.654.000	4.654.000	1.140.489	1.132.575	1.110.320		3.513.511
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>5.890.000</b>	<b>5.890.000</b>	<b>270.401</b>	<b>94.068</b>	<b>94.068</b>		<b>5.619.599</b>
Investimentos	5.890.000	5.890.000	270.401	94.068	94.068		5.619.599
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>59.362.000</b>	<b>59.362.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>59.362.000</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>195.532.000</b>	<b>195.532.000</b>	<b>122.317.422</b>	<b>122.102.598</b>	<b>122.058.381</b>		<b>73.214.578</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>195.532.000</b>	<b>195.532.000</b>	<b>122.317.422</b>	<b>122.102.598</b>	<b>122.058.381</b>		<b>73.214.578</b>
<b>SUPERAVIT (IX)</b>			<b>12.411.030</b>				
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>195.532.000</b>	<b>195.532.000</b>	<b>134.728.451</b>	<b>122.102.598</b>	<b>122.058.381</b>		<b>60.803.549</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO FINANCEIRO**  
 Em 31 de dezembro de 2015  
 (Em Reais)

RECEITA TÍTULOS	VALOR
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Ordinária</b>	-
<b>Vinculada</b>	
Regime Próprio de Previdência	134.728.451
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>	
RESTOS A PAGAR	259.041
Inscritos no período	
DEPÓSITOS	36.635.998
Recebidos no período	
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Conforme Anexo 13-A	474.513.273
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	
DISPONÍVEL	
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	
Caixa	-
Bancos c/Movimento	2.563.103
Aplicações Financeiras	-
Aplicações Financeiras - RPPS	980.495.845
<b>TOTAL</b>	<b>1.592.300.673</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO FINANCEIRO**  
 Em 31 de dezembro de 2015  
 (Em Reais)

DESPA TÍTULOS	VALOR
<b>DESPA ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Ordinária</b>	
<b>Vinculada</b>	
Regime Próprio de Previdência	119.771.415
Convênio com Recursos Ordinários	-
<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>	
RESTOS A PAGAR	24.355
Liquidados no período	
<b>DEPÓSITOS</b>	
Restituições no período	34.835.013
<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	
Conforme Anexo 13-A	339.538.647
<b>SALDO EM ESPÉCIE P/O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	
DISPONÍVEL	
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	-
Caixa	670
Bancos c/Movimento	
Aplicações Financeiras	
Aplicações Financeiras - RPPS	1.095.843.606
<b>TOTAL</b>	<b>1.592.300.673</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2015 E 2014

(Em Reais)

	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
<b>Contribuições</b>	<b>112.204.967</b>	<b>145.620.502</b>
Contribuições Sociais	112.204.967	145.620.502
<b>Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>8.302.422</b>	<b>35.145.271</b>
Juros e Encargos de Mora	2.268.483	2.228.323
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	6.033.939	32.909.776
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>3.142.045</b>	<b>2.362.016</b>
Transferências Intra Governamentais	3.142.045	2.362.016
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>194.450.709</b>	<b>301.787.121</b>
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	841.481	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	193.609.228	301.787.121
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>318.100.142</b>	<b>484.914.911</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4.640.382</b>	<b>3.437.161</b>
Remuneração de Pessoal	4.115.616	3.123.174
Encargos Patronais	262.816	212.439
Benefícios a Pessoal	261.951	101.548
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>119.339.413</b>	<b>96.124.033</b>
Aposentadorias e Reformas	97.162.460	77.222.023
Pensões	14.105.797	12.500.540
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.071.156	6.401.471
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>401.185</b>	<b>400.268</b>
Uso de Material de Consumo	14.510	7.531
Serviços	382.353	389.006
Depreciação, Amortização e Exaustação	4.322	3.731
<b>Desvalorização e Perdas de Ativos</b>	<b>57.771.459</b>	<b>162.280.818</b>
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	57.771.459	162.280.818
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>255.845.987</b>	<b>331.548.116</b>
VPD de Constituição de Provisões	252.571.246	129.061.964
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.274.741	202.486.152
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>437.998.425</b>	<b>593.790.396</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -  
IPREJUN**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FUXOS DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

	<b>2015</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>109.604.655</b>
<b><u>INGRESSOS</u></b>	<b>324.605.388</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>	<b>131.453.711</b>
Receita de Contribuições	112.204.967
Remuneração das Disponibilidades	6.033.939
Outras Receitas Originárias	13.214.805
<b>OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>193.151.678</b>
<b><u>DESEMBOLSOS</u></b>	<b>215.000.733</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>121.770.451</b>
Previdência	121.239.649
Encargos Especiais	530.802
<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>193.862</b>
a União	74.102
Intragovernamentais	119.760
<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>93.036.420</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>3.180.673</b>
<b><u>INGRESSOS</u></b>	<b>3.274.741</b>
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.274.741
<b><u>DESEMBOLSOS</u></b>	<b>94.068</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	94.068
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	112.785.328
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	983.058.948
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.095.844.276

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -  
IPREJUN**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em Reais)

**Nota 1 – Contexto Operacional:**

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, autarquia municipal com personalidade jurídica de direito público criada através da Lei Municipal nº 5.894/02, tem por objetivo principal prover aos servidores públicos e a seus dependentes os benefícios previdenciários garantidos pela legislação, buscando o bem-estar de seus segurados. A garantia destes benefícios é pautada pela observância do equilíbrio atuarial do sistema, no qual os investimentos tomam relevante destaque uma vez que o Instituto utiliza o plano previdenciário que capitaliza os recursos atuais dos segurados para garantir o seu pagamento futuro.

**Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/00, portaria MPS nº 509/13, portaria STN 634/13, portaria STN 261/14 e NBCT 16 e demais disposições normativas vigentes, referindo-se ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015, nos termos da Portaria MPS nº 204/08.

**Nota 3 – Critérios na elaboração das demonstrações contábeis:**

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas conforme a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163 de 04/05/01 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do São Paulo e Ministério da Previdência Social. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.



#### Nota 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31/12/2015 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial perfazem o montante de R\$ 670,00 o qual detalhamos a seguir:

<b>Bancos Contas Movimentos - Posição em 31/12/2015</b>		
<b>Código do Banco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo Atual – R\$</b>
65	BANCO BRADESCO S.A. - CONTA CORRENTE TAXA ADMINISTRACAO	669
16	BANCO BRADESCO S.A. - CONTA CORRENTE - DIRETORIA EXECUTIVA	1
	<b>Total</b>	<b>670</b>

#### Nota 5 – Créditos Circulante e Não – Circulante

Em 31/12/2015 o montante de Créditos registrados no grupo Circulante é de R\$14.681.525,52 e no grupo Não Circulante é de R\$ 75.595.498,88, no total perfazem o valor de R\$ 90.277.024,40. A seguir discriminamos que refere-se ao montante do contrato de empréstimo da Prefeitura do Município de Jundiaí contraído junto ao IPREJUN.

A seguir detalhamos:

##### Ativo Circulante:

<b>. Créditos a Curto Prazo</b>	<b>R\$</b>
<b>- Clientes (Inativ carência + Complement)</b>	5.865.865
<b>-Empréstimos a Receber RPPS</b>	8.815.661
<b>Total</b>	<b>14.681.526</b>

- 1) R\$ 5.865.864,84 (composto por dois valores R\$ 4.491.795,41 + 1.374.069,43) registrado no Balanço Patrimonial, Ativo Circulante, subitem Clientes, conta contábil 1.1.2.2.2.09.00- Outros Valores a Receber, sendo que deste valor R\$ 4.491.795,41 refere-se a Complementação de Celetistas referente a Mar/15, Abr/15, Mai/15, Ago/15, Out/15, Nov/15. Já o valor de R\$ 1.374.069,43 diz respeito à Inativos em Carência dos meses de Jun/15, Jul/15, Ago/15, Set/15, Out/15, Nov/15, 13º Sal 2015 a receber;
- 2) R\$ 8.815.660,68 registrado no Balanço Patrimonial, Ativo Circulante, subitem Empréstimos e Financiamentos Concedidos, conta contábil 1.1.2.4.1.07.01 – Empréstimos a Receber RPPS, conforme quadro abaixo:

**Ativo Não Circulante:**

	<b>R\$</b>
<b>. Créditos a Longo Prazo</b>	
- Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.595.499

O valor de R\$ 75.595.498,88 refere-se a saldo atualizado no Longo Prazo da dívida da Prefeitura com IPREJUN referente ao empréstimo contraído no passado.

Empréstimo – Lei autorizativa Nº.4.892 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996  
Reparcelamento LEI AUTORIZATIVA: Nº.5.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000

**Nota 6 – Contabilização da Contribuições Devidas e Não Recolhidas no Prazo**

O controle das contribuições em atraso encontra-se atualmente contabilizados nas contas de Controle grupos 7 e 8 do Balanço Patrimonial no montante de R\$ 60.664.696,59 e no ano anterior este saldo era de R\$ 36.930.164,37 que, conforme a NBCASP e MCASP visam evidenciar valores que podem vir a afetar o patrimônio futuramente. Estas contas compõem o Balanço Patrimonial, grupos 7 e 8, de acordo com o modelo de Balanço Patrimonial definido no MCASP. Como este valor é levado em conta no cálculo da provisão matemática, conforme literatura específica para RPPS (Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social – Livro editado pelo Ministério da Previdência Social – Autora: Diana Vaz de Lima) então deve ser controlado somente nas contas de controle e não registrado no Ativo como direito a receber.

Estas contribuições em ano anterior (2013) estavam registradas nas contas de Ativo, no entanto esta situação fazia com que esta informação ficasse duplicada uma vez que estes valores de contribuições em atraso, são levadas em conta no momento de elaboração do cálculo atuarial, de forma a reduzir o montante da provisão matemática e conseqüentemente reduz também o déficit atuarial o que onera em menor valor o Ente (Prefeitura) que terá menores alíquotas para equacionamento do déficit atuarial. Da forma que estava registrada antigamente, ao mesmo tempo que a provisão matemática se reduzia devido a esta expectativa de entrada de recursos, o IPREJUN ainda registrava o direito a receber nas contas de Ativo, pode-se se dizer que era uma dupla contagem, já que este direito já é levado em conta no momento da elaboração do cálculo atuarial.

O registro deste compromisso da Prefeitura de Jundiá com o Iprejun em 31/12/2015 de R\$ 60.664.696,59, encontra-se devidamente registrado no Balanço Patrimonial modelo do STN.

Aqui cabe um breve esclarecimento, órgãos públicos e especialmente os Regimes Próprios de Previdência Social, seguem normas técnicas e de



Contabilidade emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público consonantes com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território Brasileiro. Cabe ainda dizer que o RPPS é fiscalizado a nível federal pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e a nível Estadual pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). O MPS para suas fiscalizações trabalha com Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE-SP possui suas prerrogativas de órgão fiscalizador que inclui a de solicitar Demonstrativos Contábeis em modelo próprio com a finalidade de atingir seu objetivo fiscalizatório de contas públicas. Esta prerrogativa do TCE-SP está regulamentada através da Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19/06/2015. Isto esclarece que devido a circunstâncias de tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis, dado os objetivos de cada órgão fiscalizador.

No ano anterior o Tribunal de Contas do Estado de SP determinava que em seus modelos de Demonstrativos no Balanço Patrimonial, quadro das Contas de Compensações, item Outros Atos Potenciais do Ativo (Parcelamento dos Débitos Previdenciários) constasse o valor destes parcelamentos previdenciários controlados em contas de compensação (7 e 8), no entanto em 2015 a orientação se alterou, sendo que a conta contábil que registra este valor passou a não ser mais solicitada neste quadro. Assim quando olhamos o quadro Compensações no Balanço Patrimonial de 2015 (modelo TCE-SP amparado pelas determinações da Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) vemos o valor R\$ 0,00 e no ano anterior vemos o valor R\$ 36.930.164,37).

LEI AUTORIZATIVA: Nº.4.892 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996  
LEI AUTORIZATIVA: Nº.5.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000  
(REPARCELAMENTO)

PARCELAMENTO NOVO LEI Nº  
1.037/2015

### **Nota 7 – Imobilizado:**

Os ativos imobilizados foram submetidos à depreciação em 2015. Os bens acumulam depreciação desde o ano de 2012 até 2015. No exercício de 2014, em atendimento a normas vigentes, iniciou-se o processo de depreciação do imobilizado do IPREJUN.

Os valores das depreciações de 2012 e 2013 perfizeram o montante de R\$ 3.612,40 sendo que o valor das depreciações referentes a 2014 foi de R\$ 3.731,37 e de 2015 foi de R\$ 4.321,68 perfazendo a depreciação acumulada de R\$ 11.665,45 reportada no Balanço Patrimonial , grupo Imobilizado,



subitem Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas. Atualmente o valor do grupo imobilizado é de R\$ 29.200,12 e refere-se aos móveis e computadores e utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN.

<b>IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Saldo Balanço - Conta Bens Móveis ano anterior	34.964	33.431
(+) Aquisições no ano	5.901	1.533
Saldo do Imobilizado em 31/12 – Sem Depreciação	40.866	34.964
( - ) Depreciação Acumulada	(11.665)	(7.344)
<b>(=) Saldo de Imobilizado em 31/12</b>	<b>29.200</b>	<b>27.621</b>

**Nota 8- Anexo XVII da Lei nº 4.320/64 : Demonstração da Dívida Flutuante**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**  
**DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**  
anexo nº 17  
Lei nº 4.320/64

Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>DEPÓSITOS</b>				
218810102- INSS	4.921	160.573	151.637	13.858
218810103 – Encargos Sociais Outras Entidades	-	6.559.580	6.552.398	7.182
218810104- Imposto de Renda Retido na Fonte	-	17.655.088	16.647.604	1.007.484
218810110 – Pensão Alimentícia	-	923.638	923.638	-
218810113 - Retenções Entidades Repres. Classe	527	5.001.902	4.680.667	321.762
218810114 -Retenções Planos de Seguros	-	103.871	97.493	6.378
218810115- Retenções – Empréstimos e Financiamentos	-	6.090.917	5.639.815	451.102
218810499 – Outros Depósitos	1.366	140.429	141.762	33
<b>Totais</b>	<b>6.814</b>	<b>36.635.998</b>	<b>34.835.013</b>	<b>1.807.799</b>
<b>RESTOS A PAGAR</b>				
Não Processados	-	214.824	-	214.824
Processados	25.307	44.217	25.307	44.217
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32.121</b>	<b>36.895.039</b>	<b>34.860.320</b>	<b>2.066.840</b>

O Demonstrativo da Dívida Flutuante mostra as obrigações do Instituto de Previdência no Curto Prazo.

Em 2015 foram inscritos em restos a pagar não-processados, ou seja, não liquidados, R\$ 214.824,30 a serem executados no exercício seguinte. Os valores referem-se seguintes despesas a serem liquidadas em 2016:

R\$ 4.714,70 -Gastos com telefonia, R\$ 3.200,00 - Serviços de Auditoria Externa, R\$ 176.333,33 -Contratação de Projeto Executivo

Contratação Nova Sede IPREJUN e R\$ 30.576,27 -Retenções diversas em Folha de Pagamento dos Servidores do IPREJUN.

Os restos a pagar processados tratam-se de contratos de fornecedores cuja prestação de serviço se deu em Dezembro/2015, porém o vencimento da obrigação e pagamento se dará em 2016.

As despesas extra-orçamentárias perfizeram o montante de R\$ 1.807.799,32 e também referem-se a retenções ocorridas em Dez/2015 mas que o efetivo pagamento da obrigação se dará em 2016.

### **Nota 9 - Provisão de Contingência (Sentenças Judiciais)**

Foi constituída Provisão de Contingência (Sentenças Judiciais) no montante de R\$ 2.261.459,55, baseada nos relatórios de controle da Procuradoria Jurídica do IPREJUN.

### **Nota 10 – Provisão de Férias e 13º Salários**

Em 2015 foram realizadas mensalmente as provisões de férias e 13º Salários e o saldo final destas contas em 2015 eram: R\$ 112.855,39

### **Nota 11 - Patrimônio Líquido**

<b>Ano 2015</b>	
Saldo Patrimonial Anterior	24.957.490
(+) Resultado Exercício 2015	(119.898.283)
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	-
<b>(=) Saldo Patrimonial 2015</b>	<b>(94.940.793)</b>

O Patrimônio Líquido (PL) registrado em 2015 é de R\$ -94.940.793,11 e comparado a 2014 que era de R\$ 24.957.489,98. Observamos uma forte variação para menor, no entanto explicamos a seguir, os motivos desta diminuição do PL.

O Resultado do Exercício influencia diretamente o PL, pois como se verifica no quadro acima, ocorre uma soma entre Saldo Patrimonial do Exercício Anterior ( R\$ 24.957.489,98 mais o Resultado do Exercício de 2015 (R\$ - 119.898.283,09) chegando-se assim no Saldo Patrimonial de 2015 ou PL negativo de R\$ -94.940.793,11. Como o Resultado do Exercício de 2015 foi negativo em R\$ -119.898.283,09, influenciou a ocorrência do PL Negativo.



O Patrimônio Líquido de 2015 negativo foi influenciado pelo aumento da provisão matemática devido ao registro contábil do novo laudo atuarial em Junho/2015. O novo laudo apresentou aumento da provisão matemática em R\$ 252.571.245,97, o que aumentou muito as variações patrimoniais diminutivas.

Outro fator que contribuiu para que o PL ficasse negativo foi a falta de recebimentos em alguns meses de 2015 das receitas orçamentárias de contribuições patronais e também repasses financeiros de inativos em carência e complementações ocasionados pela falta de pagamento nas épocas próprias pela Prefeitura de Jundiaí. Embora as entradas financeiras não tenham ocorrido os desembolsos financeiros continuaram ocorrendo, já que o IPREJUN continuou honrando os compromissos assumidos. Assim, uma vez que os desembolsos foram mantidos, mas as entradas financeiras não ocorreram dentro da normalidade que se esperava acabou contribuindo também para que o resultado do exercício de 2015 fosse negativo e conseqüentemente influenciou no PL negativo.

Foram realizadas também as devidas provisões de Sentenças Judiciais, Perdas com investimentos e férias/13º salários. Todas estas provisões são obrigatórias e contribuem para o aumento das variações patrimoniais diminutivas

Em resumo o Resultado do Exercício foi negativo porque ocorreram mais variações patrimoniais diminutivas do que variações patrimoniais aumentativas e os motivos foram explicitados acima.

### **Nota 12 - Déficit na Demonstração das Variações Patrimoniais:**

O Déficit verificado na Demonstração das Variações Patrimoniais de 2015 no valor de - R\$ -119.898.283,09 adicionado ao resultado acumulado até o exercício anterior de R\$ 24.957.489,98, resulta em um Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2015 **R\$ -94.940.793,11**

<b>Ano 2015</b>	
Saldo Patrimonial Anterior	24.957.490
(+) Resultado Exercício 2015	(119.898.283)
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	-
<b>(=) Saldo Patrimonial 2015</b>	<b>(94.940.793)</b>



<b>Ano 2014</b>	
Saldo Patrimonial Anterior	133.836.587
(+) Resultado Exercício 2014	(108.875.485)
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.612)
<b>(=) Saldo Patrimonial 2014</b>	<b>24.957.490</b>

Se as provisões pudessem deixar de serem feitas, ao invés de um resultado negativo teríamos um resultado positivo em 2015 de R\$ 204.503,211,62 que somado ao Saldo Patrimonial de 2014 de R\$ 24.957.489,98 resultaria em um Patrimônio Líquido em 2015 de R\$ 229.460.701,60 no entanto como legalmente não é possível deixar de constituir as provisões mencionadas, acabamos por onerar o resultado do exercício de 2015 e concomitantemente se impacta o Patrimônio Líquido.

<b>Provisões Constituídas em 2015</b>	
Provisão de Férias	112.855
Provisão de 13 <sup>o</sup> Sal	
Provisão para Perdas com Investimentos para 2015	69.455.934
Sentenças Judiciais	2.261.460
<b>Total</b>	<b>71.830.249</b>
Resultado do Exercício de 2015	(119.898.283)
Total das Provisões 2015	71.830.249
Aumento da Provisão Matemática	252.571.246
<b>Novo resultado do Exercício 2015 sem influência das Provisões</b>	<b>204.503.212</b>

## **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

### **1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS**

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

Apuramos que o instituto possui diversas normas internas e procedimentos administrativos, mas que tais procedimentos não estão compilados num manual de controles internos e tais normas não estão integradas a um sistema informatizado.

O controle interno compreende o plano da organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas, exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incremento na eficiência operacional e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.



Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de risco, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

Recomendamos que a Administração da **IPREJUN** proceda uma revisão em seus controles internos objetivando a implementação e implantação do manual de normas internas integrado aos sistemas informatizados.

## 2. BANCOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os extratos, e também analisamos as conciliações bancárias as quais apresentaram as seguintes posições:

DESCRIÇÃO - BANCO	SALDO CONTÁBIL - R\$	EXTRATO - R\$	DIF R\$
Banco Bradesco S.A. - Conta Corrente - Tx. Admin.	669	669	-
Banco Bradesco S.A -Conta Corrente- Diretoria Execu	1	1	-
<b>TOTAL BANCOS E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>670</b>	<b>670</b>	<b>-</b>

## 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (COMPOSIÇÃO)

A composição da carteira dos investimentos dos RPPS na data base de 31/12/2015, conforme relatório analítico gerencial era a seguinte:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SALDO CONTÁBIL - R\$	EXTRATO - R\$	DIF R\$
Banco Itau S.A- NTN - C	37.228.031	37.245.160	(17.129)
Banco Itaú Institucional Alocação Dinâmica RF FIC	60.928.446	60.928.446	
Vinci FI RF Imobiliário - Crédito Privado	36.116.226	36.116.226	-
Caixa Brasil IPCA XVI RF Crédito Privado	10.861.480	10.861.480	
Banco Bradesco S.A- Bradesco FI Referenciado DI PR	74.273.600	74.273.600	-
Banco Votorantim S.A-FIC FI Votoram Inflaton RF I	22.752.437	22.752.437	-
Banco BNP Paribas Brasil S.A. - BNP Inflação FI RF	34.421.428	34.421.428	-
Banco Votorantim S.A.-Votorantim Allocation IMA-B5	10.586.648	10.586.648	-
FI Caixa Brasil 2018 TP RF	14.378.712	14.378.712	-
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	23.829.892	23.829.892	-
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	21.446.100	21.446.100	-
Caixa BRASIL 2024 IV TP RF	15.576.255	15.576.255	-



<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL - R\$</b>	<b>EXTRATO - R\$</b>	<b>DIF R\$</b>
FI RENDA FIXA BTG PACTUAL NTN-B	22.839.560	22.839.560	-
QUEST YIELD FIC FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	31.472.424	31.472.424	-
SAFRA IMA FIC RF	34.604.893	34.604.893	-
Banco Bradesco RIO BRAVO Inflação FI RF LP	3.280.396	3.280.396	-
Banco Citibank S.A-FIDC Multisetorial Italia	2.267.117	2.267.117	-
Banco Rural S.A -Rural Fundos de Invest.em Direito	1.283.800	1.283.800	-
FIDC Trendbank Multisetorial	157.795	157.795	-
FIDC CASAN SANEAMENTO	24.757.383	24.757.383	-
Banco Itaubank S.A- Inflation 5	55.275.894	55.275.894	-
Banco Santander(Brasil) S.A. Santander IMA-B 5 Titu	103.023.084	103.023.084	-
Banco do Brasil S.A. - BB RPPS RF IMA - B5+	50.783.854	50.783.854	-
Banco Daycoval S.A. Fundo Daycoval RF IDKA20 FI	7.137.306	7.137.306	-
Banco Bradesco S.A - Geração Futuro Prog.	52.274.633	52.274.633	-
Banco Bradesco S.A. -Geração Futuro Dividendos Fia	37.478.581	37.478.581	-
Banco Bradesco S.A. Geração Futuro Real IMA-B RF LP	9.256.494	9.256.494	-
Caixa BRASIL 2016 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	16.195.260	16.195.260	-
Caixa BRASIL 2016 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	23.766.277	23.766.277	-
BB PREV FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IX	21.661.368	21.661.368	-
Itaú FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC	13.703.879	13.703.879	-
Banco Pactual S.A-Quest Small Caps FIC FIA	18.943.550	18.943.550	-
Caixa Econômica Federal-FIC CEF Ações Valor Small	4.305.642	4.305.642	-
Banco Bradesco S.A. Rio Bravo Fundamental SMC FIA	3.761.677	3.761.677	-
Banco Bradesco S.A. - Gavea Ações FIC FIA	22.387.514	22.387.514	-
Banco Bradesco S.A. - Geração Futuro Seleção FIA	16.780.586	16.780.586	-
Banco Bradesco S.A. - Vinci Gas Dividendos FIA	32.728.071	32.728.071	-
Banco Bradesco S.A. VINCI GAS LOTUS INSTITUCIONAL FIA	20.048.824	20.048.824	-
Caixa Econômica Federal-FI Caixa Brasil IPCA VII M	16.712.090	16.712.090	-
Banco Bradesco S.A.- Atico Geração de Energia FIP	11.300.559	11.300.559	-

<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL - R\$</b>	<b>EXTRATO - R\$</b>	<b>DIF R\$</b>
Banco Bradesco S.A- Atico Florestal Fundo Invest e	8.657.981	8.657.981	-
Banco Citibank S.A. BTG Pactual Infra. II, FIC FIP	11.929.222	11.929.222	-
BRZ TERRAS BRASIL FIP	7.838.345	7.838.345	-
Banco Itaubank S.A-FI Braz Cap Real-Fundo Imobilia	9.345.000	9.345.000	-
Banco Bradesco S.A. - Gavea FII	11.847.141	11.801.701	45.440
Banco do Brasil S.A. - FII JHSF Fazenda Boa Vista	10.101.207	10.100.963	244
Brasil Plural Absoluto FII - BPFF11	4.361.500	4.361.500	-
Banco Bradesco S.A. GÁVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	308.558	308.558	-
Banco Bradesco S.A-Maxi Poder Publico-Taxa Admin.	8.815.923	8.815.923	-
Banco Bradesco S.A. - FI - RF Maxi Poder Público	2.050.965	2.050.965	-
<b>TOTAL BANCOS APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>1.095.843.606</b>	<b>1.095.815.051</b>	<b>28.556</b>

Os investimentos que não tiveram o retorno da confirmação de saldo foram confirmados pelos extratos bancários. As diferenças verificadas constam nas conciliações contábeis.

### **3.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

A Política Anual de Investimento do IPREJUN foi elaborada pelo Comitê de Investimentos, com vigência de 01/01/2015 a 31/12/2015. Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano.

O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.922 e Portaria MPS nº 440/13 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e taxa mínima atuarial.



Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

A Política Anual de Investimento é um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais setores envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os investimentos. É um instrumento de planejamento para que o IPREJUN busque a maximização da rentabilidade de seus ativos com finalidade de constituir reservas suficientes para o pagamento do seu passivo atuarial, considerando os fatores de riscos, segurança, solvência, liquidez e transparência de seus investimentos, além de estabelecer, observados os limites legais, uma adequada alocação dos ativos através de uma estratégia de investimento.

### 3.2 VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)

A variação patrimonial diminutiva dos investimentos em 2015 foi de R\$ 69.455.934, sendo que a contabilização destas variações se deu conforme orientação do TCE-SP. A seguir detalhamos a distribuição das variações patrimoniais nos investimentos:

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2015</b>	<b>VALOR - R\$</b>
<b>Renda Fixa</b>	
Caixa Econômica Federal- Fic Novo Brasil IMA-B Ren	307.252
Banco Itaubank S.A-Itau Institucional Renda Fixa I	294.539
Banco BNP Paribas Brasil S.A- BNPPP Spin FI FIXALO	71.794
Banco Rural S.A -Rural Fundos de Invest.em Direito	3.976
FIDC Trendbank Multisetorial	30.548
Banco Itaubank S.A- Inflation 5	289.847
Banco Santander(Brasil)S.A.-IMA-B Inst Titulos Pub	2.593.050
Banco Citibank S.A-FIDC Multisetorial Italia	10.575
Banco Santander(Brasil)S.A.-Santander IMA-B 5 Titu	189.150
Banco Votorantim S.A-FIC FI Votoram Inflaton RF I	177.343
Banco Daycoval S.A. - Fundo Daycoval RF IDKA20 FI	2.604.685
Banco Itau S.A- NTN - C	275.720
Banco do Brasil S.A. - BB Orev IDKA20 FI RF	1.547.500
Banco do Brasil S.A. - BB RPPS RF IMA - B5+	3.954.382
Banco BNP Paribas Brasil S.A. - BNP Inflação FI RF	1.656.528
Banco Votorantim S.A.-Votorantim Allocation IMA-B5	1.552.132
Vinci FI RF Imobiliário - Crédito Privado	363.989
SAFRA IMA FIC RF	721.325
GERAÇÃO FUTURO JURO REAL IMA-B RF LP	391.648
RIO BRAVO INFLAÇÃO FI RF LP	2.545



<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2015</b>	<b>VALOR - R\$</b>
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	582.303
CAIXA BRASIL IPCA XVI RF CRÉDITO PRIVADO	87.720
BB PREV RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IX	122.897
<b>Total de Renda Fixa</b>	<b>17.831.449</b>
<b><u>Renda Variável</u></b>	
Caixa Econômica Federal-FI Caixa Brasil IPCA VII M	113.500
Banco Pactual S.A.- Dividendos FIA	562.267
Banco Itaubank S.A-FI Braz Cap Real-Fundo Imobilia	2.704.000
Banco Bradesco S.A.- Atico Geração de Energia FIP	163.087
Banco Bradesco S.A. -Geração Futuro Dividendos Fia	7.307.177
Caixa Econômica Federal-FIC CEF Ações Valor Small	1.350.818
Banco Bradesco S.A- Atico Florestal Fundo Invest e	438.579
Banco Citibank S.A. BTG Pactual Infra. II, FIC FIP	2.746.001
Banco Bradesco S.A. - Gavea Ações FIC FIA	5.538.525
Banco Bradesco S.A. - Geração Futuro Progr	11.398.187
Banco Pactual S.A. - BTG Absol Instit FIA	773.748
Banco Bradesco S.A. - Geração Futuro Seleção FIA	2.890.245
Banco Bradesco S.A. - Gavea FII	1.526.701
Banco Pactual S.A - Quest Ações FIC de FIA	3.450.157
Banco Bradesco S.A. - Vinci Gas Dividendos FIA	5.147.340
Banco do Brasil S.A. - FII JHSF Fazenda Boa Vista	189.727
Banco Bradesco S.A. Rio Bravo Fundamental SMC FIA	1.071.531
Brasil Plural Absoluto FII - BPF11	721.500
BRZ TERRAS BRASIL FIP	122.021
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	187.394
VINCI GAS LOTUS INSTITUCIONAL FIA	1.816.031
ITAÚ FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC	1.405.948
<b>Total de Renda Variável</b>	<b>51.624.484</b>
<b>Total Geral de VPD</b>	<b>69.455.934</b>

Em decorrência da variação patrimonial diminutiva com investimentos havida no exercício de 2015, no valor de R\$ 69.455.934, recomendamos realizar revisões extraordinárias quando houver necessidade de ajustes, redimensionando as metas de aplicação perante o comportamento ou conjuntura do mercado ou preservação dos ativos financeiros, obedecidos os parâmetros de risco-retorno fixados na Política de Investimentos e respeitados os aspectos legais vigentes.

#### 4. CRÉDITOS - REALIZÁVEL A CURTO E LONGO PRAZO

O valor de créditos registrados no Ativo Circulante no exercício findo em 31/12/2015 é de R\$ 8.815.661 e no Não-Circulante é de R\$ 75.595.499 perfazendo o total de R\$ 84.411.160, referente a Contrato de Empréstimo para Refinanciamento de dívida da Prefeitura de Município de Jundiá, contraído junto ao Instituto de Previdência do Município de Jundiá – IPREJUN, detalhado a seguir:

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2015 - R\$</b>	<b>2014 - R\$</b>
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>		
OUTROS VALORES A RECEBER	<b>5.865.865</b>	-
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	<b>8.815.661</b>	<b>3.252.763</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2015 - R\$</b>	<b>2014 - R\$</b>
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>		
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	<b>75.595.499</b>	<b>75.891.975</b>

#### EMPRÉSTIMO

LEI AUTORIZATIVA: Nº.4.892 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996

VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 11.741.650,00

QUANTIDADE DE PRESTAÇÕES: 48 PARCELAS MENSAS (DE DEZEMBRO/1996 ATÉ NOVEMBRO/2000)

LEI AUTORIZATIVA: Nº.5.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000 (REPARCELAMENTO)

VALOR DO REPARCELAMENTO: R\$43.234.494,61

QUANTIDADE DE PRESTAÇÕES: 360 PRESTAÇÕES MENSAS (DE JANEIRO/2001 ATÉ DEZEMBRO/2030)

JUROS: 6%a.a. 0,5% a.m

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: INPC DO IBGE

TIPO DE AMORTIZAÇÃO: PRICE - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS

FINALIDADE: REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA JUNTO AO IPREJUN

#### 5. CONTABILIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E NÃO RECOLHIDAS NO PRAZO

As contribuições em atraso no valor de R\$ 60.664.696,59 estão contabilizadas nas Contas de Controle nos Grupos 7 e 8 do Balanço Patrimonial, conforme modelo definido pelo MASP. Conforme informações do Departamento Contábil, este valor está incluído no cálculo da Provisão Matemática, de acordo com a norma específica para RPPS (Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social – Livro editado pelo Ministério da Previdência Social – Autora: Diana Vaz de Lima), então deve ser controlado somente nas contas de controle e não registrado no Ativo como direito a receber. Em exercícios anteriores, os valores referentes às contribuições em atraso eram contabilizados em contas do Ativo no Balanço Patrimonial.



Recomendamos a contabilização do valor em conta do ativo pois se trata de um direito a receber já constituído. Deve ser avaliado a necessidade de constituir provisão para o direito não realizado.

**DÍVIDA - CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E NÃO RECOLHIDAS NO PRAZO**

LEI AUTORIZATIVA: Nº.4.892 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996

VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ 8.911.294,20

QUANTIDADE DE PRESTAÇÕES: 48 PARCELAS MENSAS (DE DEZEMBRO/1996 ATÉ NOVEMBRO/2000)

LEI AUTORIZATIVA: Nº.5.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000 (REPARCELAMENTO)

VALOR DO REPARCELAMENTO: R\$20.173.892,98

QUANTIDADE DE PRESTAÇÕES: 360 PRESTAÇÕES MENSAS (DE JANEIRO/2001 ATÉ DEZEMBRO/2030)

JUROS: 6%a.a. 0,5% a.m

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: INPC DO IBGE

TIPO DE AMORTIZAÇÃO: PRICE - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS

FINALIDADE: REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA JUNTO AO IPREJUN

**6. ATIVO IMOBILIZADO**

Os Ativos Imobilizados foram submetidos à depreciação em 2015, sendo depreciados bens desde 2012. O valor das depreciações referentes a 2015 foi de R\$ 4.321,68. Atualmente o valor do grupo imobilizado é de R\$ 117.367 e refere-se aos móveis e computadores utilizados pelos servidores do Instituto e também ao valor de Instalações devido ao início da execução em 2015 do empenho referente a elaboração do projeto executivo da construção da nova sede do Iprejun, conforme relacionados abaixo:

<b>IMOBILIZADO 31/12/2015</b>	<b>VALOR - R\$</b>
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.920
OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	499
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.810
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	-
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	570
MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.236
MOBILIÁRIO EM GERAL	30.539
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	291
INSTALAÇÕES	88.167
<b>TOTAL CUSTO IMOBILIZADO</b>	<b>129.032</b>
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(11.665)
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>117.367</b>

Confrontamos as aquisições registradas na rubrica de bens móveis, com o valor demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais Qualitativas, e não encontramos divergência, assim discriminado:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR - R\$</b>
Aquisições de Bens Móveis e Imóveis	94.067,97
Demonstração das Variações Patrimoniais	94.067,97
<b>Variacão</b>	<b>-</b>

Efetuamos verificação por amostragem dos bens imobilizados e constatamos que os mesmos possuem placas de identificação, em alumínio, com número de patrimônio e nome do instituto.

## 6.2. TERRENO CEDIDO PELA PREFEITURA

Terreno cedido pela prefeitura de Jundiaí, conforme Lei Municipal de 16/10/2012, que reclassifica e autoriza a concessão administrativa de Uso, ao Instituto de Previdência do Município de Jundiaí – IPREJUN, de um imóvel público situado em Vila Hortolândia, para construção de sua sede, o qual se encontra contabilizado em 02/07/2014, na Rubrica 7.9.4.8.0.00.00 – Contrapartida de Responsabilidade de Terceiros Conta 894.81.0000 – Permissão de Uso – Bens Recebidos, Contas de Compensação, pelo valor de R\$ 1.834.254,50.

Seu registro está nas contas de Controle de Atos Potenciais do Ativo, e quando vier a ser doado integrará o imobilizado do IPREJUN.

## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido apresentado abaixo representa o saldo residual após a dedução de todos os passivos, incluindo o resultado da avaliação atuarial de 2014.

CONTAS	2015	2014
RESULTADOS ACUMULADOS	(94.940.793)	24.957.490
- RESULTADO DO EXERCÍCIO	(119.898.283)	(108.875.485)
- RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.957.490	133.836.587
- AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(3.612)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>(94.940.793)</b>	<b>24.957.490</b>

## 8. FORNECEDORES

DATA	NR. EMP.	CREDOR	À PAGAR
28/01/2015	56	89-SDL ELETRO ELETRONICA LTDA-EPP	911,89
28/01/2015	63	113-UNIVERSAL PREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	4.007,68
11/05/2015	256	137-EXPONENCIAL - ASSESSORIA , CONSULTORIA E AUDITORIA, ATUARIAL E PREVIDENCIARIA LTDA - ME	1.825,00
23/06/2015	324	143-SKYBOX TECNOLOGIA E SEGURANÇA PARA GUARDA DE DOCUMENTOS EIRELLI ME	247,50
18/08/2015	432	18-PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA - EPP	4.084,88
16/09/2015	482	86-CORREIOS - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - AG JUNDIAI	103,38
29/10/2015	559	14-GAP CONSULTORIA CONTÁBIL	3.004,80
18/12/2015	644	113-UNIVERSAL PREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	1.892,32
28/12/2015	662	70-FOLHA DE PAGAMENTO (SERVIDORES IPREJUN)	3.947,26
28/12/2015	663	70-FOLHA DE PAGAMENTO (SERVIDORES IPREJUN)	8.769,49
28/12/2015	664	70-FOLHA DE PAGAMENTO (SERVIDORES IPREJUN)	9.244,90



DATA	NR. EMP.	CREDOR	À PAGAR
28/12/2015	665	57-PLANINVESTI ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	5.340,92
29/12/2015	681	14-GAP CONSULTORIA CONTÁBIL	298,36
29/12/2015	682	14-GAP CONSULTORIA CONTÁBIL	298,36
29/12/2015	684	143-SKYBOX TECNOLOGIA E SEGURANÇA PARA GUARDA DE DOCUMENTOS EIRELLI ME	240,00
		TOTAL	44.216,74

Os Restos a Pagar – Fornecedores, no valor de R\$ 44.216,74, referem-se a contrato de fornecedores, cuja prestação de serviços se deu em dezembro de 2015, e o vencimento da obrigação e o pagamento se dará em janeiro de 2016.

## 9. PROVISÃO MATEMÁTICA

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuarias e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a concederem e tem como objetivo dar consistência e equilíbrio à sua continuidade. Este procedimento está contemplado através do Relatório Técnico sobre os Resultados da Avaliação Atuarial, emitido em junho de 2015, pela empresa Consultoria Exponencial e assinada pelo Atuário Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, MIBA 1.072.

O Relatório foi elaborado utilizando-se da base atuarial com dados posicionados em 31/12/2014, mas os saldos correspondem ao Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2015.

DESCRIÇÃO	VALORES (R\$)
<b>ATIVO</b>	<b>1.095.844.275</b>
BANCOS CONTA MOVIMENTO – RPPS	669
INVESTIMENTOS DO RPPS	1.095.843.606
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA A LONGO PRAZO</b>	<b>1.207.415.666</b>
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>1.034.934.170</b>
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.158.841.737
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(45.509.980)
CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(78.397.586)
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>888.006.605</b>
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.649.028.861
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(651.509.221)
CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(36.857.513)
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(72.655.522)
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(715.525.109)</b>
OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(715.525.109)
<b>DÉFICIT</b>	<b>(111.571.390)</b>

*As demonstrações contábeis devem refletir o valor da provisão matemática na data do encerramento do exercício, de acordo com relatório de avaliação*

atuarial emitido por profissionais registrados no Instituto Brasileiro de Atuário.

Tais informações são necessárias para a contabilização das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder.

As reavaliações atuariais, e os respectivos DRAA, deverão ter como data da avaliação o último dia do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, conforme disposto no Artgo 14 da PORTARIA MPS Nº 403, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008.

## **10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS**

Verificamos o Relatório de Contingências Judiciais emitido pelos assessores jurídico do instituto e com bases prognósticos quanto as possibilidades de perdas no desfecho da ação. Apuramos o valor de R\$ 2.579.759,55, tendo sido constituída pelo Instituto, o valor de R\$ 2.261.459,55, sendo utilizado como parâmetro os valores classificados como perdas prováveis e concretizadas, atendendo ao disposto nas novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBCT 16.1.

<b>POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO</b>	
<b>SITUAÇÃO</b>	<b>VALORES (R\$)</b>
CONCRETIZADA	772.459,55
PROVÁVEL	1.489.000,00
REMOTA	318.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.579.759,55</b>

## **11. NORMAS BRASILEIRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

A Contabilidade da área pública vem sendo convergida aos padrões internacionais gradativamente, o ritmo que isto ocorre é ditado pela STN e representado no MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público).

Atualmente a portaria 548 de 24/09/2015 redefiniu todos os prazos de implantação. O que era exigido como imediato e outros como controle de imobilizado e as respectivas depreciações, registro e controle de estoques de almoxarifado, constituição de provisões diversas tem prazos a vencer, porém a IPREJUN já se adequou.



## **12. OBRIGAÇÕES DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS**

### **A) PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)**

O PPRA e o PCMSO apresentado estão em nome da Prefeitura Municipal de Jundiaí, em que há detalhamento referente as atividades do Iprejun pois o mesmo ocupa as instalações da prefeitura.

## **13. CONCLUSÃO**

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto os pontos e assuntos mencionados neste relatório circunstanciado.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**

Sócio Responsável

CTCRC1SP242826/O-3